

## ESCALA 6 X 1

## Marinho minimiza perdas

Em comissão, ministro recorda que dois terços dos vínculos empregatícios já estão na escala 5x2

» WAL LIMA

A discussão sobre o fim da escala 6x1 ganhou contornos mais concretos — e também mais complexos — na comissão especial da Câmara criada para analisar a proposta de mudança no regime de trabalho no país. Em uma audiência marcada por argumentos técnicos, apelos sociais e cautela política, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho — primeira autoridade recebida pelo colegiado — defendeu que o Brasil dê um passo imediato rumo à diminuição de jornada.

Ao apresentar a posição do Governo, Marinho afirmou que o país reúne condições econômicas para implementar, imediatamente, a jornada de 40 horas semanais, associada ao modelo 5x2. Segundo ele, a discussão deixou de ser apenas trabalhista para se tornar também social. “É um pedido de socorro dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente da juventude, que quer tempo para viver”, declarou.

O ministro classificou a escala 6x1 como um modelo exaustivo. Ele argumentou que a redução de jornada não deve ser analisado exclusivamente sob a ótica do custo empresarial. Na avaliação de Marinho, jornadas mais equilibradas tendem a reduzir afastamentos por doenças físicas e mentais, acidentes de trabalho, rotatividade e absenteísmo — fatores que, na prática, também pressionam as contas das empresas.

Marinho afirmou que, em um universo de 50 milhões de vínculos empregatícios, 2/3 já estão na escala 5x2. Os dados apontam, ainda, um impacto médio estimado de 4,7% sobre a massa geral de rendimentos com a mudança de 44 para 40 horas semanais.

Zeca Ribeiro



Os debates ocorreram na primeira audiência pública da comissão especial criada para analisar a PEC da redução da jornada de trabalho

“A posição do governo é clara: redução para 40 horas semanais, sem redução de salário e com duas folgas na semana. Isso é plenamente sustentável”, afirmou.

## Cautela

Se o Executivo levou à comissão uma posição fechada sobre jornada e descanso, o relator preferiu adotar prudência. O deputado Léo Prates (Republicanos-BA) afirmou concordar com a necessidade de assegurar dois dias de folga a cada cinco de trabalho, mas admitiu

incerteza sobre a obrigatoriedade de que esses descansos sejam seguidos. “Essa coisa dos dois dias consecutivos eu ainda tenho dúvidas. Os dois dias devem ser garantidos, mas consecutivos eu ainda tenho dúvidas”, disse. Segundo o parlamentar, a cautela decorre da dimensão da mudança proposta. Isso porque o Congresso discute simultaneamente duas alterações estruturais: a redução da jornada semanal e a reformulação da escala laboral.

Prates também procurou afastar o clima de confronto entre capital e trabalho e defendeu a

construção de consenso. “Todo mundo aqui é a favor do Brasil. Nós queremos preservar os empregos”, afirmou, ao rebater avaliações de que a proposta poderia desencadear uma crise generalizada no setor produtivo. Ao lembrar a redução constitucional de 48 para 44 horas semanais em 1988, o relator ressaltou que previsões de colapso econômico feitas à época não se concretizaram.

O debate ganhou reforço técnico com a participação de representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do

Trabalho. Em defesa da proposta, um ex-presidente da entidade sustentou que limitar jornada e reverter escalas é uma medida histórica de proteção social e lembrou que, desde o século XIX, previsões catastróficas costumam acompanhar cada avanço na legislação trabalhista — sem confirmação posterior na realidade econômica. Também chamou atenção para o aumento dos adoecimentos ocupacionais, dos afastamentos por transtornos mentais e dos acidentes de trabalho relacionados a jornadas exaustivas.

## GESTÃO

## Ranking destaca estados com bom fiscal

» VINICIUS DORIA

Os candidatos a governador nas eleições de outubro ganharam uma boa ferramenta para elaborar seus programas de governo. A organização não governamental Centro de Liderança Pública (CLP) lançou, ontem, o Ranking de Competitividade dos Estados, que mapeou o desempenho das unidades da Federação em cinco áreas: economia, segurança pública, gestão pública, sociedade e sustentabilidade ambiental.

O objetivo do CLP é apresentar um raio-X da gestão pública em que seja possível medir a capacidade dos estados de gerar bem-estar para a população e fornecer subsídios aos investidores privados em relação à atratividade de cada unidade federada. O Distrito Federal, por suas características peculiares de não ser nem estado nem município, não entra nas listagens.

Para ajudar a entender a dinâmica de evolução dos estados, foram montados dois rankings para cada área analisada. O primeiro mostra a posição de cada estado em relação aos outros, em uma listagem nacional. O outro, a evolução do estado em relação ao próprio desempenho nos últimos três anos.

No quesito economia, por exemplo, São Paulo e Santa Catarina lideraram, nos últimos três anos, a lista dos melhores estados. Quando se olha a evolução de cada um, porém, o destaque é o Espírito Santo, que pulou da 10ª posição, em 2023, para a 7ª, em 2025, graças, principalmente, ao desempenho no critério de potencial de mercado, considerado o melhor do país.

## PETRÓLEO

## STF retoma julgamento de Royalties

» VANILSON OLIVEIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, ontem, o julgamento sobre as ações de redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural, que estava suspenso há 13 anos. Hoje, a relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, deve apresentar seu voto sobre o caso.

Uma decisão cautelar, proferida por Cármen Lúcia, relatora da ação, em 2013, suspendeu a eficácia da Lei nº 12.734/2012, que modificava os critérios de repartição dos royalties entre estados e municípios. Com isso, o modelo anterior de distribuição foi mantido ao longo dos últimos anos, aguardando uma definição.

Agora, cabe à Corte analisar se a aprovada pelo Congresso, que ampliou a redistribuição dos recursos para estados e municípios não produtores de petróleo e gás, continuará valendo ou não. Na época, a presidente Dilma Rousseff chegou a vetar a proposta, mas os parlamentares derrubaram o veto. As novas regras prezavam por uma distribuição mais igualitária entre os entes que produzem e os que não produzem. Em 2013, o estado do Rio de Janeiro acionou o Supremo, alegando inconstitucionalidade e a relatora, Cármen Lúcia, suspendeu a lei.

Desde a liminar, fica com a maior parte da divisão dos royalties os estados e municípios que produzem mais, ou seja, com 26,5% para cada. Os estados e municípios não produtores recebem 8,75% dos valores, cada um.

Caso aprovada a mudança na lei, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo seriam os mais impactados, já que são os maiores produtores, principalmente de petróleo.

Segundo o procurador do estado do Rio de Janeiro, Gustavo Binenbojm, o Rio terá uma perda estimada anual para 2026, em torno de R\$ 9,9 bilhões e os municípios fluminenses em torno de R\$ 13 bilhões, totalizando uma perda anual estimada em torno de R\$ 23 bilhões. Ele disse ainda que a distribuição dos royalties é uma

Antonio Augusto/STF



A ministra Cármen Lúcia é relatora da ação, em análise desde 2013

forma de redução de desigualdade regional, já que é uma forma de recompensar os municípios que sofrem os danos decorrentes da atividade. “Se tira muito de poucos estados e municípios produtores e se entrega pouquíssimo aos que são produtores, ou seja, se decreta dos municípios produtores e não se resolve o problema de nenhum estado ou município produtor”, frisou.

A procuradora-Geral do estado de São Paulo, Inês Maria dos Santos Coimbra, disse que entes federativos que não sofrem com os impactos ambientais passaram a figurar como destinatários principais das receitas. Segundo ela, a lei impugnada promove alteração profunda no regime de repartição dos royalties e das participações especiais e retira progressivamente receitas historicamente destinadas aos estados e municípios produtores, transferindo, segundo ela, parcela substancial desses recursos a entes não impactados pela atividade econômica. “Desloca receitas compensatórias dos entes que suportam o ônus da exploração para entes que não vivenciam as externalidades negativas”.

Ela disse que as ações são desestruturantes para o estado de

São Paulo, que poderá gerar impacto anual estimado em R\$ 2,5 bilhões, considerados perdas globais dos municípios paulistas. “No estado de São Paulo, diversos municípios litorâneos dependem significativamente da receita oriunda de royalties e participações especiais para financiar serviços públicos essenciais e investimentos em infraestrutura vinculada à atividade petrolífera. Hoje 120 municípios paulistas recebem receitas relacionadas à exploração de petróleo e gás natural e ao menos em seis deles, essas receitas representam ao menos 10% da receita principal”, disse ela, citando as cidades de Ilhabela, Cananéia, Ilha Comprida, acrescentando que a supressão das receitas vai gerar desequilíbrio severo.

No final do debate, o ministro Gilmar Mendes, disse que é preciso refletir e discutir o tema com cuidado e elaborar, assim, um modelo de “jurisdição colaborativa, que envolve o Executivo e o Legislativo”. Segundo ele, o debate dos royalties pode refletir sobre outras riquezas e minérios que estão sendo explorados, criando um modelo que sirva de base e referência.

**Leão Amigo da Solidariedade**

**Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!**

No DF, uma parte do Imposto de Renda é destinada a instituições sem fins lucrativos, mas ainda não é suficiente para os desafios da nossa comunidade. Ao destinar 3% do seu IR para os projetos da Casa Azul, você ajudará a transformar vidas, combatendo a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa.

A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 36 anos no DF, promovendo mudanças reais. Seu apoio pode abrir portas para um futuro melhor.

**como participar?**

Depósito na conta do Fundo da Criança e do Adolescente do DF  
**CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)**  
**Agência 100, Conta Corrente 100044149-8**

**CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85**

Envie o comprovante para 61 99819-6160 e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando. **Escaneie o QR Code ao lado para saber mais.**

(61) 3359 2095 / (61) 3359 2098 - WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR